



Análise

JURO11

Produzido por SIMPLA CLUB

Carlos Humberto Junior

Última Atualização

Por ser o primeiro relatório do Simpla sobre FI-Infra, recomendamos que a leitura do tópico “Área de Atuação” seja feita antes de qualquer outra.

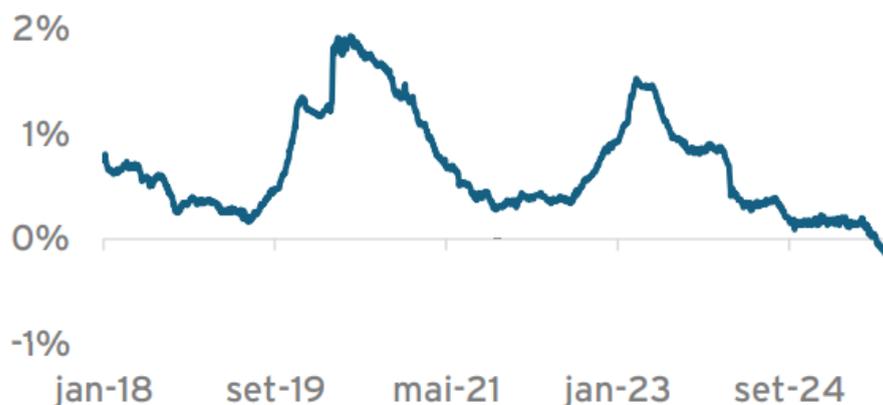
O momento do JURO11 pode ser claramente dividido em duas vertentes: a operação do fundo e o desempenho do setor.

Começando pelo mercado de infraestrutura, um risco que assola os brasileiros é o da incerteza política. O governo atual já promoveu aumento de impostos para reforçar sua arrecadação e, não satisfeito, segue em busca de novas formas de tributação. Nesse contexto, os ativos incentivados entraram na mira do Leão.

A Medida Provisória 1303 altera as regras de cobrança de imposto de renda de diversos ativos financeiros, incluindo as debêntures incentivadas. No texto inicial, esse produto perderia sua isenção e passaria a ser tributado em 5% de IR. Vale destacar que as debêntures emitidas até 31/12/2025 manteriam a isenção, sendo afetadas apenas as emissões a partir de 2026.

Desde a publicação da MP, em junho deste ano, houve uma corrida para emissão de debêntures, já que essas manteriam seus benefícios tributários. Esse movimento provocou o chamado “fechamento de *spread*”, no qual os novos ativos passaram a ser lançados com taxas cada vez mais baixas. A figura abaixo ilustra esse fenômeno.

Spread das Debêntures Incentivadas



Compressão dos spreads.
Fonte: Carta mensal da Sparta.

A compressão de *spread* contribuiu para a valorização de curto prazo dos fundos de debêntures incentivadas. Por esse motivo, observamos ativos entregando mais de dois dígitos de retorno ao longo de 2025.

O grande problema é que esse movimento também acrescenta uma expectativa maior de volatilidade para os próximos anos.

No dia 09/09/2025, dois dias antes da publicação deste relatório, o relator da MP comunicou que deixaria as debêntures incentivadas fora da nova tributação, mantendo, portanto, a isenção. Ainda é cedo para avaliar os impactos dessa notícia, mas ela ilustra como o momento é marcado por grande incerteza para o setor.

Os trechos a seguir foram retirados de documentos da Sparta:

“Os spreads recuaram um pouco, movimento que, embora sinalize resiliência da demanda, deixa o segmento próximo a patamares historicamente baixos e aumenta a sensibilidade do mercado a mudanças de percepção de risco.”

“Assim, mantemos uma postura prudente, combinando alocações seletivas com estratégias de proteção para navegar um ambiente que pode se tornar mais volátil diante de mudanças nas condições de liquidez ou no cenário macroeconômico.”

A gestão do fundo já tomou medidas para se preparar para um ambiente mais volátil. Uma delas foi a redução do *hedge* da carteira, o que aumentou a sensibilidade do fundo às mudanças na taxa de juros.

A estratégia da gestão é tentar anular — ou até superar — a desvalorização causada por movimentos no *spread* por meio da marcação a mercado decorrente das oscilações na taxa de juros. Entendemos que essa parte do texto pode parecer mais complexa, mas isso se deve ao próprio cenário atual, que de fato é desafiador.

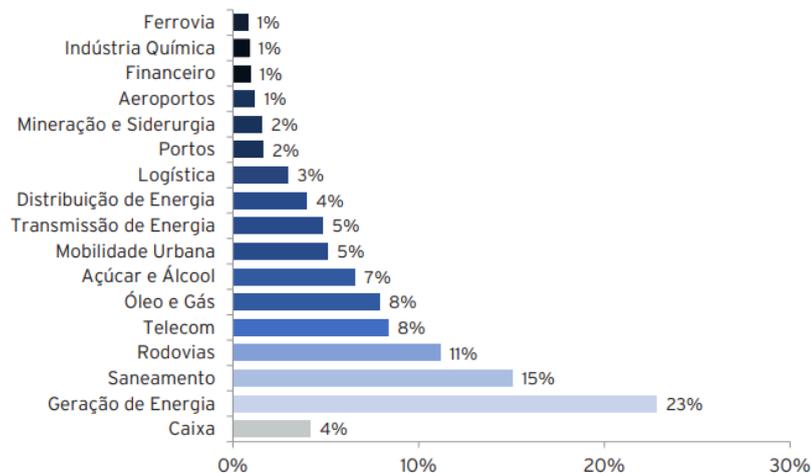
Em resumo, o JURO11 já se encontra com uma carteira mais defensiva, voltada a minimizar o risco de volatilidade nos próximos meses.

Do ponto de vista operacional, o fundo segue muito bem. Ele mantém uma carteira pulverizada, contando hoje com mais de 100 operações. A debênture mais representativa equivale a apenas 3,4% do patrimônio líquido.

A diversificação de devedores é essencial para reduzir o impacto de eventuais inadimplências. Outra forma de diversificação muito bem-vinda nos fundos é a setorial. Ter devedores de diferentes segmentos da economia contribui para a redução do risco.

A figura abaixo mostra a diversificação setorial do JURO11.

ALOCAÇÃO POR SETOR



*Diversificação setorial.
Fonte: Relatório gerencial.*

A maior exposição ao segmento de energia é vista com bons olhos. As empresas desse setor possuem receitas estáveis e, conseqüentemente, maior capacidade de honrar seus compromissos. Além disso, sua regulação já está mais avançada e consolidada no Brasil, o que reduz o risco de “canetadas”. Somando geração, transmissão e distribuição de energia, o setor representa 32% do patrimônio líquido do JURO11.

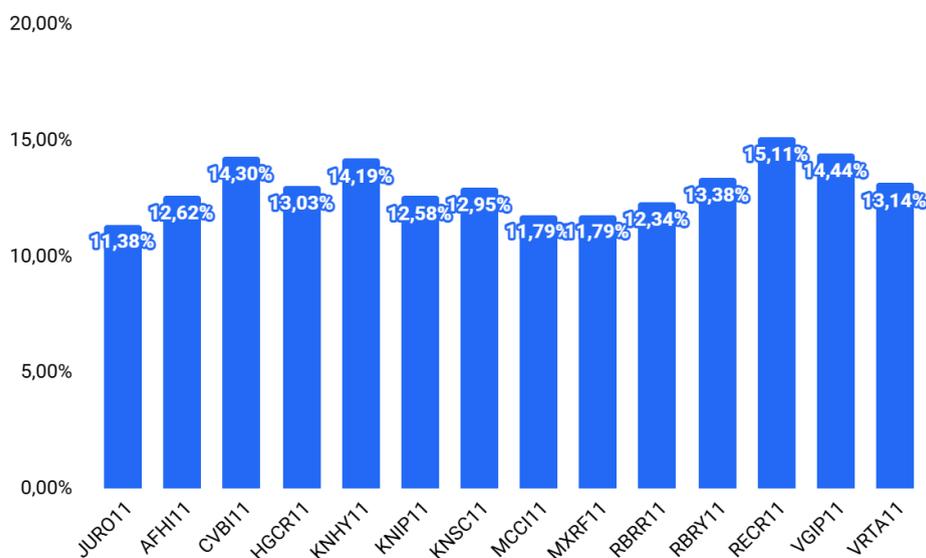
Saneamento e rodovias completam a lista de segmentos mais atrativos para compor uma carteira. O JURO11, não por acaso, tem justamente esses três setores como protagonistas.

O fundo segue uma regra para a distribuição de seus rendimentos que o prejudica em cenários de aumento da taxa Selic. A combinação de queda da inflação com alta dos juros é o cenário mais desfavorável para o JURO11.

Desde junho de 2024, houve uma redução do patamar de renda de R\$1,25 por cota para R\$1,00 por cota. Em dezembro de 2024 e janeiro de 2025, os dividendos foram de R\$0,50 e R\$0,75 por cota, respectivamente.

A estimativa atual da gestão é manter o pagamento de R\$1,00 por cota até o final deste ano. Com base na cotação mais recente do fundo, isso equivale a um rendimento de 1,01% ao mês.

Devido às características bastante semelhantes, é possível comparar o *dividend yield* do JURO11 com o dos FIIs de CRI. O gráfico abaixo apresenta essa comparação.



*Dividend yield versus FIIs de CRI.
Fonte: Simpla Club.*

A média dos FIIs de CRI foi de 13,20%, contra 11,38% do JURO11. Portanto, nos últimos 12 meses, os fundos de papel entregaram rendimentos mais elevados.

Por ter um perfil mais conservador, o JURO11 é melhor comparado a fundos como HGCR11, KNIP11 e RBRR11. Ainda assim, mesmo dentro desse grupo mais restrito de pares, os FIIs seguiram apresentando maior retorno em termos de dividendos.

Entretanto, ao analisarmos a métrica de retorno total, o resultado é diferente. Criado em dezembro de 2021, o JURO11 acumula, desde então, um retorno — considerando a valorização das cotas somada ao

reinvestimento dos dividendos — muito superior ao de seus principais concorrentes.

Acreditamos que esse resultado pode ser atribuído à menor volatilidade da cota.

Área de Atuação

Debêntures incentivadas

Antes de explicar detalhadamente a estratégia do JURO11, é necessário dar um passo atrás para entender o que são FI-Infras e as debêntures incentivadas.

As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por empresas não financeiras. Dessa forma, representam dívidas — normalmente de longo prazo — dos seus emissores. Quando falamos das debêntures incentivadas, referimo-nos àquelas emitidas por empresas que buscam financiar projetos de infraestrutura, como rodovias, saneamento, energia etc. As debêntures incentivadas contam com isenção de imposto de renda para pessoas físicas, o que permite aos emissores captar recursos a um custo menor, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Os FI-Infra são fundos de investimento em infraestrutura que acessam o mercado por meio da alocação em debêntures incentivadas. Eles se assemelham aos fundos imobiliários de papel, com a diferença de que, em vez dos CRIs, suas carteiras são compostas por debêntures.

Apesar de suas cotas serem negociadas com o sufixo “11” e de distribuírem dividendos recorrentes, os FI-Infra não seguem a legislação aplicável aos FII. A primeira diferença é que eles não têm a obrigação de distribuir 95% de seu lucro semestral. O pagamento mensal, adotado por algumas gestoras, é uma escolha.

Uma vantagem dessa classe é que seus dividendos são isentos de imposto, assim como o ganho de capital na venda das cotas. Enquanto a venda com lucro de um FII implica o pagamento de 20% de IR, a de um FI-Infra não gera essa tributação.

Com a parte teórica compreendida, podemos prosseguir com a análise do JURO11.

A política de investimento do fundo está resumida no seguinte trecho:

“O fundo deve investir no mínimo 95% do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento que se enquadrem no Art. 3º da Lei nº 12.431, e que invistam pelo menos 85% do seu patrimônio líquido em ativos de infraestrutura, conforme Art. 2º da Lei nº 12.431.”

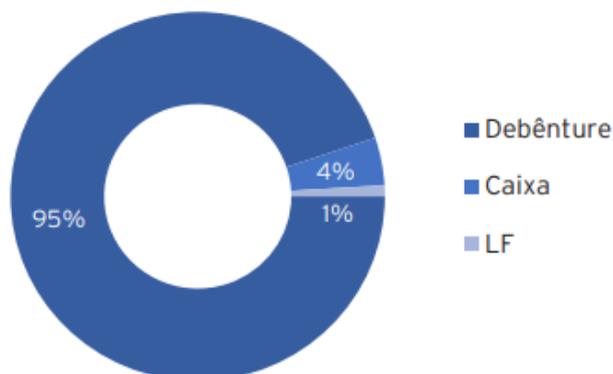
Tecnicamente, o JURO11 investe em cotas de outros fundos de investimento, sendo que esses ativos devem possuir, no mínimo, 85% do patrimônio líquido alocado em debêntures incentivadas.

Devido à forma como a legislação que rege os FI-Infra foi redigida, é mais eficiente obter exposição ao mercado de infraestrutura por meio de outros fundos, em vez de realizar investimentos diretos. Vale destacar que essa estrutura não implica custos adicionais com taxas para o JURO11.

Ao longo deste relatório, trataremos esse investimento como se fosse direto em debêntures, pois, na prática, a dinâmica é extremamente semelhante.

A carteira do JURO11 pode ser visualizada a seguir.

ALOCAÇÃO POR TIPO



*Alocação por ativo.
Fonte: Relatório gerencial.*

Por se tratarem de dívidas, um dos principais riscos das debêntures é o risco de crédito, também conhecido como calote. A avaliação da saúde financeira e da segurança do devedor é crucial para o investimento em um FI-Infra.

Nesse mercado, também há a existência de garantias como forma de proteção adicional em caso de inadimplência. No entanto, não se observa, por exemplo, a alienação fiduciária de um projeto. Nos FIIs de CRI, estamos habituados à possibilidade de tomada do imóvel em caso de inadimplência. Já na indústria de FI-Infra, as garantias tendem a ser mais líquidas, como o aval dos sócios ou a cessão de recebíveis.

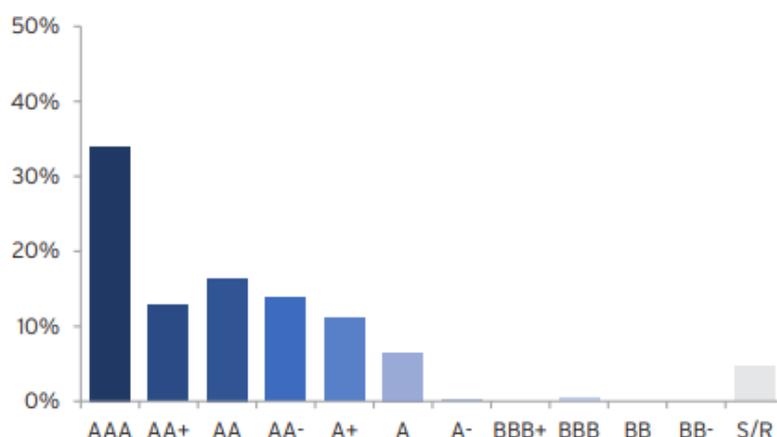
Essa é mais uma característica bastante particular e técnica que diferencia esses mercados, uma vez que faz sentido tomar um imóvel como pagamento, mas não uma rodovia ou um projeto de saneamento.

A grande questão é que, mesmo com as diferenças no formato das garantias, nenhum investidor deseja ter que recorrer a elas. Por isso, a análise de crédito do devedor é o fator mais relevante.

A Sparta adota, como perfil de investimento, a busca por devedores mais saudáveis, os conhecidos *high grade*. Esse tipo de dívida oferece uma rentabilidade menor em troca de maior segurança.

A natureza mais conservadora da carteira do JURO11 é facilmente identificável ao analisarmos a concentração por *rating*.

ALOCAÇÃO POR RATING



Alocação por rating.
Fonte: Relatório gerencial.

O *rating* é uma nota atribuída por uma empresa independente com o objetivo de avaliar a qualidade da dívida.

Debêntures com classificação AAA — a melhor nota possível — representam a maioria na carteira do fundo, sendo que grande parte do portfólio possui nota A ou superior.

O conservadorismo e a qualidade da gestão ficam evidentes no baixo histórico de inadimplência em seus fundos ao longo dos mais de 30 anos de existência da Sparta.

Assumindo menos riscos, há uma tendência de se obter retornos menores. No entanto, esse fator é compensado, no caso do JURO11, pela gestão ativa.

É comum observar o fundo realizando movimentações em sua carteira ao longo dos meses, numa tentativa do gestor de gerar ganhos adicionais.

A principal forma pela qual a Sparta consegue agregar valor por meio da gestão ativa é através do *hedge* da carteira — tema fundamental para o entendimento da estratégia do fundo.

As debêntures incentivadas, por suas características, costumam ter prazos de vencimento bastante longos. Na carteira do fundo, encontram-se ativos com vencimentos de 7, 8 e até 9 anos. O prazo médio da carteira do JURO11 é de 4,9 anos.

Quanto mais longo é o prazo de um título, maior é o seu risco. Como estamos tratando de ativos indexados à inflação, um dos principais riscos é o de mercado.

Esse comportamento já é conhecido por quem investe no Tesouro Direto, onde os preços dos títulos IPCA+ oscilam diariamente, de forma semelhante a ativos de renda variável.

Esse efeito é conhecido como marcação a mercado, e pode ser observado na figura a seguir.

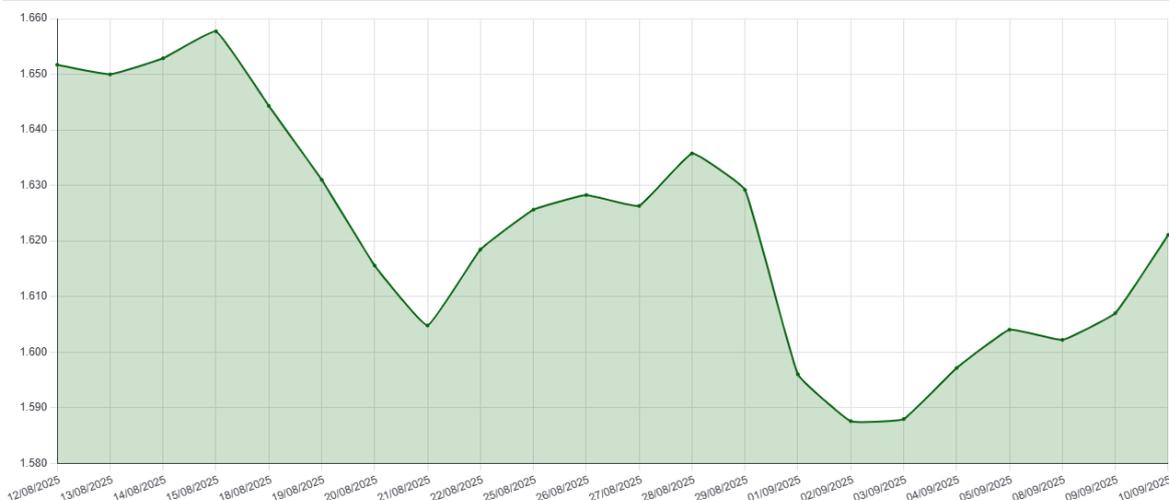
Operações: Investir Resgatar

Título
Tesouro IPCA+

Ano do título
2040

Período de análise
Últimos 30 dias

TAXA PREÇO



Marcação a mercado Tesouro IPCA + 2040.

Fonte: Tesouro Direto.

Títulos com prazos mais longos são mais sensíveis à marcação a mercado e, como as debêntures são dívidas de longo prazo, esse efeito se torna relevante.

A sensibilidade e a volatilidade geradas por esse fenômeno são características que não agradam à maioria dos investidores e, certamente, dificultariam a disseminação do JURO11.

Por esse motivo, a Sparta utiliza um derivativo chamado DAP, que permite a redução do risco de mercado — entenda-se aqui, da volatilidade — da carteira do fundo.

Basicamente, embora as debêntures do fundo tenham prazo médio de 4,9 anos, com o uso dessa proteção (*hedge*), esse prazo efetivo é reduzido para 3 anos.

Não é nosso objetivo explicar detalhadamente o funcionamento do DAP, mas é importante conhecer sua existência, uma vez que ele está presente ao longo de toda a vida do fundo. Trata-se de uma estratégia de gestão ativa adotada pela gestora para gerar mais valor aos seus cotistas.

A proposta da Sparta é continuar investindo em ativos de longo prazo, mas sempre mantendo uma carteira com *hedge* que resulte em um prazo médio entre 2 e 3 anos.

Essa estratégia torna-se ainda mais evidente quando observamos o índice de referência do fundo, como veremos no trecho a seguir:

“O Sparta Infra é um fundo de renda fixa que investe seus recursos em debêntures incentivadas. O fundo está disponível para investidores em geral e tem meta de retorno de 2,0% a.a. acima do IMA-B 5.”

O IMA-B 5 é um excelente índice de renda fixa, composto por títulos IPCA+ com prazo de até 5 anos. A carteira desse índice costuma ter um prazo médio de vencimento de aproximadamente 2 anos. Como o JURO11 utiliza o IMA-B 5 como *benchmark*, seu comportamento tende a ser semelhante no que diz respeito à marcação a mercado.

Um ponto importante a ser destacado é a regra dos R\$100 adotada pela gestora. O JURO11 só distribui dividendos quando o seu valor patrimonial por cota superar esse patamar.

Essa estratégia evidencia um benefício claro da proteção de carteira, pois, se o fundo estivesse totalmente exposto aos efeitos da marcação a mercado, haveria maior risco de não gerar rendimentos mensais consistentes. Com o uso do *hedge*, é possível reduzir a oscilação da cota patrimonial, viabilizando uma distribuição mais estável de dividendos.

Desde seu lançamento, o JURO11 foi negociado em 944 dias, e em apenas 38 deles seu valor patrimonial ficou abaixo de R\$100 — o que representa apenas 4,03% das observações.

O pior período para o fundo ocorreu entre janeiro e março de 2023. Nesse trimestre, foram pagos R\$0,75/cota em dividendos, sendo R\$0,50 em janeiro, R\$0,00 em fevereiro e R\$0,25 em março. Em seus 44 meses de

existência, apenas em 6 deles o rendimento mensal foi inferior a R\$1,00/cota.

Os principais acontecimentos que podem prejudicar a cota patrimonial do fundo são: marcação a mercado e calote. O primeiro é minimizado pelo uso de derivativos, e o segundo, pela busca por devedores saudáveis e pela pulverização da carteira.

O histórico nos mostra que podemos contar com a recorrência de pagamento de dividendos no JURO11.

Governança Corporativa

O JURO11 é administrado pelo BTG Pactual e gerido pela Sparta Administradora de Recursos.

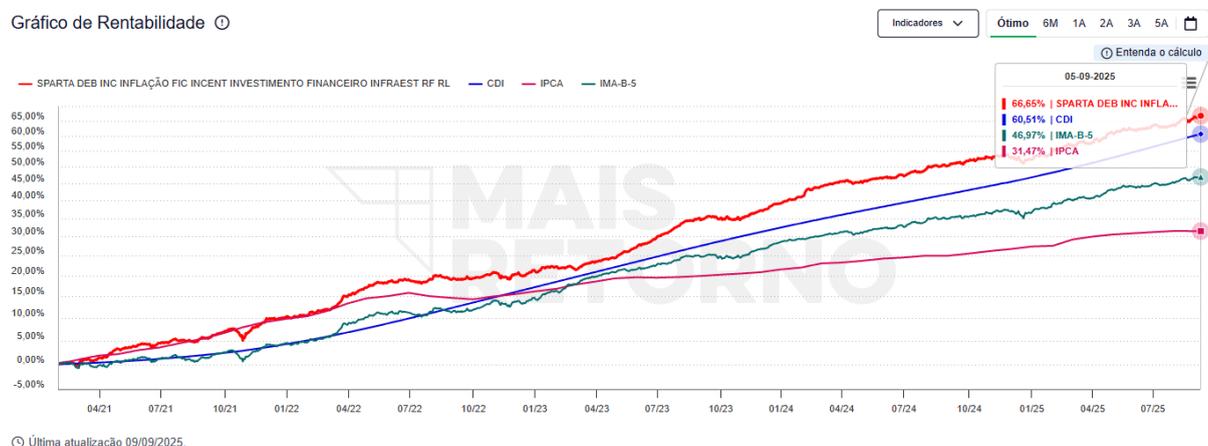
A Sparta possui mais de 30 anos de atuação e tem como foco o mercado de renda fixa e crédito privado. Atualmente, conta com mais de 200 mil investidores e cerca de R\$17 bilhões sob gestão.

A equipe é composta por 37 profissionais, sendo que o topo do time de gestão é formado por indivíduos com grande conhecimento de mercado. Entre os membros da equipe, seis possuem a certificação CFA, considerada a mais prestigiada do mundo na indústria de investimentos.

Ainda neste relatório, destacaremos o desempenho histórico do JURO11, mas consideramos ser de grande valor observar também os retornos obtidos por outros fundos da casa, a fim de comprovar a qualidade da gestora.

Um dos fundos mais antigos da Sparta foi criado em 2012 e apresenta um retorno acumulado de 116% do CDI, com baixa volatilidade, embora tenha um perfil diferente do JURO11.

Entre as alternativas com estratégia mais próxima à do JURO11, há um fundo lançado em janeiro de 2021. A figura abaixo mostra o retorno histórico desse fundo.



Histórico de retorno do Sparta Debêntures Incentivadas Inflação.

Fonte: Mais Retorno.

O fundo tem como objetivo entregar IMA-B 5 + 0,5% ao ano, mas, desde sua criação, foi capaz de superar esse retorno.

O Sparta Debêntures Incentivadas Inflação é um fundo aberto, diferentemente do JURO11, que é um condomínio fechado negociado em bolsa. Embora possuam estratégias semelhantes, as diferenças técnicas entre os produtos fazem com que o retorno do JURO11, no longo prazo, tenda a ser superior. Por isso, em seu caso, o objetivo é entregar IMA-B 5 + 2% ao ano.

Entendemos que a Sparta construiu uma excelente equipe de gestão e possui um histórico comprovado. No entanto, isso não é suficiente para avaliarmos a gestora positivamente. Ao gerir um fundo negociado em bolsa, uma das exigências do mercado é oferecer um bom nível de transparência.

Nesse aspecto, a gestora merece elogios e é uma referência no mercado. A começar por um site bem construído, o fundo conta também com um

relatório gerencial de qualidade, além da disponibilização de uma planilha de fundamentos e de um relatório interativo.

Não satisfeita, a equipe de Relações com Investidores (RI) é bastante ativa no YouTube, publicando vídeos que ajudam a compreender o funcionamento do fundo. A equipe de gestão também participa de diversas *lives* com o objetivo de conversar e atualizar os cotistas.

O atendimento via e-mail ou redes sociais também se mostra muito eficiente. Para a produção deste relatório, realizamos duas reuniões diretamente com a equipe, nas quais todas as nossas dúvidas foram esclarecidas.

Por fim, um tema bastante recorrente na análise de fundos imobiliários de papel é a originação. Ao participar da estruturação das dívidas, o FII consegue reduzir custos, o que se reflete em uma taxa de retorno mais elevada dos ativos.

No caso da Sparta, em seus FI Infras, não há o objetivo de originar as debêntures, pois isso exigiria um comprometimento maior com determinados ativos. Caso houvesse originação, a carteira não seria tão pulverizada, como ocorre hoje, com mais de 100 debêntures diferentes.

Mais uma vez, abre-se mão de parte do retorno em nome de maior segurança. Essa é uma estratégia que consideramos acertada no caso do JURO11, já que a gestão ativa é responsável por compensar o retorno “deixado para trás”.

Em resumo, nossa avaliação do trabalho da Sparta é muito positiva.

Riscos do Negócio

O risco de crédito está presente no fundo, pois é inerente aos fundos que investem em dívidas. As debêntures incentivadas são instrumentos de

renda fixa, e um dos principais riscos dessa classe de investimento é justamente o risco de crédito, também conhecido como risco de calote. Por se tratar de uma dívida, é fundamental o monitoramento constante da saúde das operações para evitar perdas.

Como vimos anteriormente, o JURO11 busca pulverizar sua carteira para diminuir o impacto de uma eventual inadimplência, além de selecionar devedores de boa qualidade para reduzir a probabilidade de ocorrência. Até hoje, não houve nenhum episódio de calote no fundo.

O risco de mercado também está presente, já que o investimento em títulos atrelados ao IPCA implica em volatilidade. A cota patrimonial do JURO11 varia de acordo com as oscilações na taxa de juros, além de sua cotação no mercado ser influenciada pela oferta e demanda dos investidores.

Ao investir no fundo, o cotista deve estar ciente de que seu capital está sujeito a valorizações e desvalorizações. No caso do JURO11, a volatilidade da cota patrimonial afeta diretamente a distribuição de rendimentos. O fundo apura seus resultados pelo regime de competência, o que levou à criação da regra dos R\$100, mencionada anteriormente.

O uso do *hedge* reduziu significativamente esse risco no fundo, mas ele ainda existe, como foi observado no primeiro trimestre de 2023.

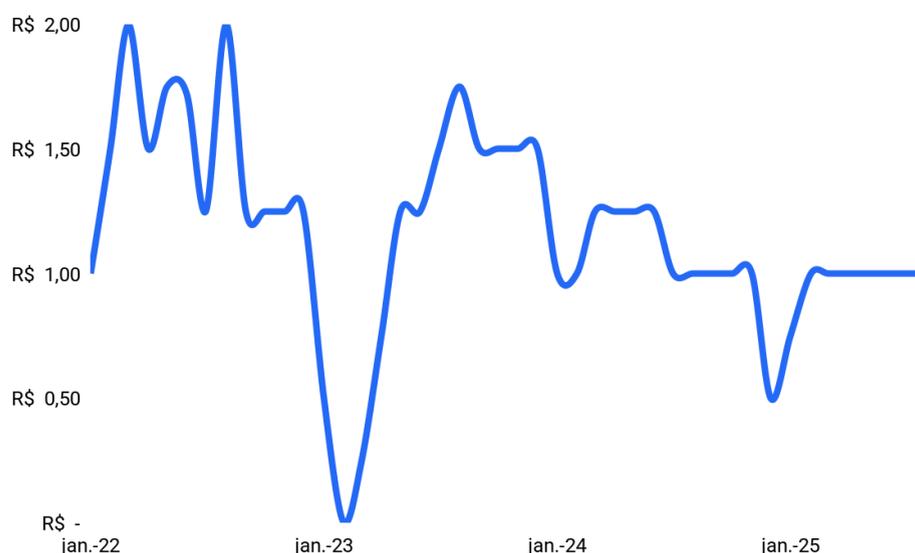
Por fim, é importante mencionar o risco regulatório, já que as empresas de infraestrutura são mais suscetíveis a impactos decorrentes de mudanças legislativas.

A regulação funciona como uma via de mão dupla. No setor elétrico, ela atua como uma proteção às empresas, o que garante maior previsibilidade e saúde financeira. Por esse motivo, as debêntures incentivadas do setor de energia tendem a apresentar menor risco.

Por outro lado, em setores com uma legislação menos desenvolvida, certas “canetadas” do governo podem impactar negativamente a saúde financeira das empresas. O risco regulatório é mais um dos motivos pelos quais valorizamos a diversificação setorial do portfólio e a maior exposição ao segmento energético.

Resultados Anteriores

Gostamos de começar a análise dos resultados anteriores pela visualização histórico de rendimentos, apresentado na figura.



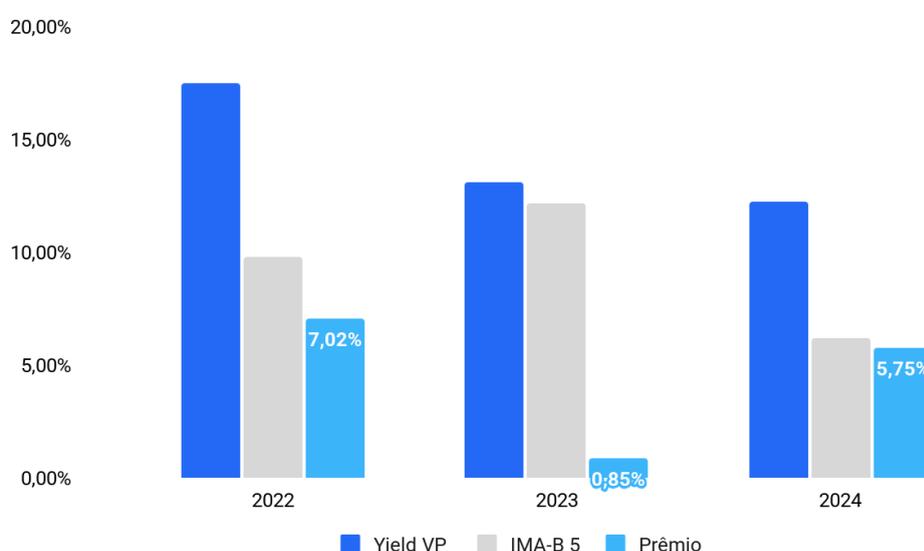
Histórico de rendimentos.
Fonte: Simpla Club.

Em sua história, o JURO11 entregou um total de R\$51,22 por cota em rendimentos. O *yield* médio mensal foi de 1,12%.

Apesar dos esforços da Sparta para estabilizar o rendimento do fundo, observa-se certa volatilidade nas distribuições. O ano de 2025 foi justamente o período em que o fundo mais conseguiu manter uma sequência de distribuições iguais, alcançando sete meses consecutivos com o pagamento de R\$1,00 por cota.

É preciso destacar que algumas sequências foram “quebradas” por aumentos pontuais no rendimento, o que representa um fator positivo para os cotistas.

Além da análise do histórico mensal, acreditamos ser de grande valia a observação do histórico de distribuição anual do fundo, especialmente quando comparado ao seu principal *benchmark*, conforme apresentado na figura abaixo.



Yield versus IMA-B 5.

Fonte: Simpla Club.

O ano de 2022, segundo a própria gestão, foi atípico. Em média, o JURO11 gerou um *dividend yield* 4,54% ao ano superior ao retorno do IMA-B 5.

Por fim, é fundamental analisar o retorno total entregue pelo JURO11. O resultado acumulado — valorização da cota somada ao reinvestimento dos dividendos — foi de 61,16%. Para efeito de comparação, no mesmo período, o IPCA registrou 20,06%, o CDI, 54,41%, e o IMA-B 5, 41,33%.

O IMA-B 5 é um índice que, em geral, supera o CDI em janelas mais longas. Mesmo considerando um período desfavorável para o índice, o JURO11 foi

capaz de agregar tanto valor que conseguiu superá-lo. O retorno do fundo foi equivalente a IMA-B 5 + 3,55% ao ano.

Valuation

P/VP

A melhor metodologia para análise de preço do JURO11 é a relação entre preço e valor patrimonial (P/VP). Como a carteira do fundo é composta por debêntures incentivadas, que têm seu preço justo atualizado diariamente, sabemos exatamente qual o valor a ser pago por esse portfólio.

Nesse ponto, a transparência da Sparta merece destaque mais uma vez, já que em seu site ela divulga diariamente o valor “justo” do fundo.

Portanto, seguimos a mesma lógica adotada para os FIs de CRI, na qual evitamos comprar cotas quando o preço está acima do valor patrimonial.

Casos de P/VP com desconto — ou seja, abaixo de 1 — devem ser analisados com cautela, pois podem refletir a existência de problemas no fundo que ainda não estão devidamente precificados.

O último valor patrimonial divulgado pelo JURO11 foi de R\$102,26 por cota. Atualmente, o fundo é negociado a R\$98,69, resultando em uma relação P/VP de 0,97.

Apesar de serem produtos distintos, os FI-Infra competem diretamente com os FIs pelo capital do investidor. O JURO11 é bastante comparável aos FIs de CRI, que hoje negociam a um P/VP médio de 0,96. Dessa forma, observamos que o desconto atual está em linha com o dos concorrentes.

Opinião do Analista

O JURO11 é a primeira análise de FI-Infra do Simpla e podemos afirmar que começamos com o pé direito.

Em sua avaliação, conseguimos traçar paralelos com os fundos imobiliários de recebíveis. Adotando critérios comuns a essa classe, como diversificação da carteira e qualidade das dívidas, o JURO11 se mostra um ótimo ativo para investimento.

O uso do IMA-B 5 como *benchmark* também nos agrada, já que somos defensores da relevância desse índice. Se o JURO11 conseguir entregar um prêmio de 2% ao ano acima do IMA-B 5, seu retorno de longo prazo tende a ser espetacular.

Naturalmente, por se tratar de um fundo, é preciso confiar na capacidade de sua gestora. A Sparta não apenas demonstrou qualidade técnica, como também um grande alinhamento de interesses com seus cotistas. Sua transparência, acima da média, serve de exemplo do comprometimento com os investidores.

Em todo investimento é necessário destacar os riscos. No caso do JURO11, enxergamos três como os mais relevantes: a forma de apuração de resultados, que provoca maior instabilidade nos dividendos; o risco de crédito, inerente à atividade do fundo; e as mudanças regulatórias, sempre possíveis no Brasil. Em todos esses pontos, a gestão adotou medidas para reduzir os impactos.

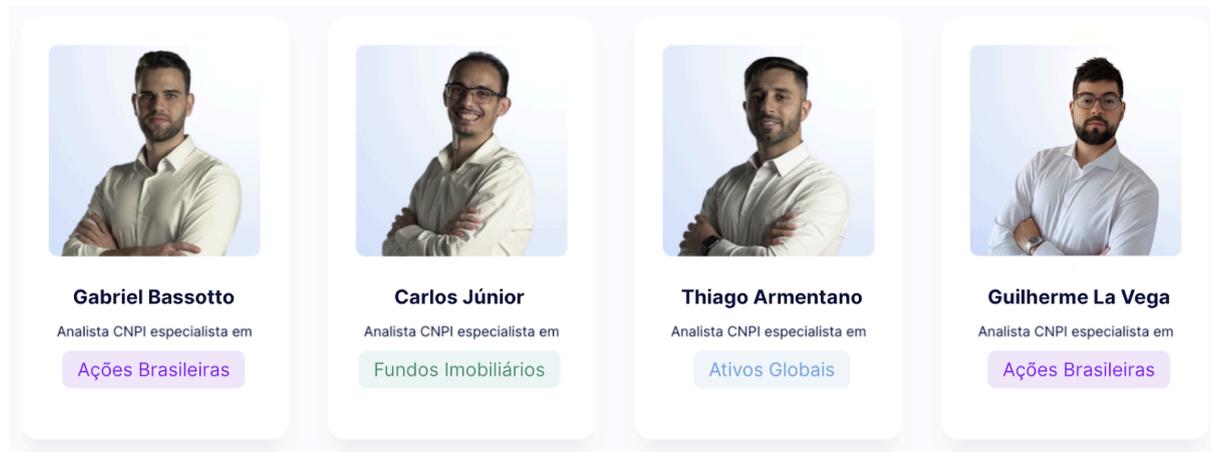
Está claro que vemos mais aspectos positivos do que negativos no JURO11. O fundo reúne todos os fundamentos necessários para ser recomendado. Justamente por isso, esta foi uma decisão difícil de ser tomada.

Apesar de todas as qualidades do fundo, o cenário brasileiro apresenta muitos desafios no curto prazo. Assim, uma postura mais cautelosa, evitando novas compras, parece ser a decisão mais prudente neste momento.

O fundo permanece em nosso radar para uma futura recomendação positiva, assim que identificarmos uma melhora no cenário. Hoje, nossa orientação para o JURO11 é de aguardar.

Portanto, nossa recomendação atual é de manutenção.

Equipe



Acompanhamento

relatório atualizado em 11.09.2025

Nossa equipe de analistas está atenta a todas as movimentações relevantes, mantendo os rankings e seus respectivos fundamentos atualizados todas as semanas. Em caso de grandes mudanças, os relatórios também podem ser atualizados. Já em caso do ativo receber recomendação de venda, nossa sugestão se refere, única e exclusivamente, à retirada do ativo da carteira do investidor, uma vez que não incentivamos a prática de venda à descoberto.

Disclaimer

Todas as análises aqui apresentadas foram elaboradas pelo analista de valores mobiliários autônomo Carlos Humberto Rodrigues Nunes Junior (CNPI EM-7932), com objetivo de orientar e auxiliar o investidor em suas decisões de investimento; portanto, o material não se constitui em oferta de compra e venda de nenhum título ou valor imobiliário contido. O investidor será responsável, de forma exclusiva, pelas suas decisões de investimento e estratégias financeiras. O relatório contém informações que atendem a diversos perfis de investimento, sendo o investidor responsável por verificar e atentar para as informações próprias ao seu perfil de investimento, uma vez que as informações constantes deste material não são adequadas para todos os investidores. Os analistas responsáveis pela elaboração deste relatório declaram, nos termos da Resolução CVM nº 20/2021, que as recomendações do relatório de análise refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e foram elaboradas de forma independente, inclusive em relação à pessoa jurídica à qual estão vinculados. Além disso, Os analistas de valores mobiliários envolvidos na elaboração do relatório (e/ou seus cônjuges ou companheiros) são, ou podem ser, titulares de valores mobiliários objeto do relatório, direta ou indiretamente, em nome próprio ou de terceiros. Na emissão deste relatório, a Simpla Invest, controladora do Simpla Club, poderá estar agindo em conflito de interesses em relação ao emissor, podendo (i) ter interesses financeiros e/ou comerciais relevantes e/ou (ii) estar envolvida na aquisição, alienação ou intermediação dos valores mobiliários objeto deste relatório. A elaboração desse material se deu de maneira independente, e o conteúdo nele divulgado não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído, no todo ou em parte, a terceiros, sem autorização prévia.

